

Cristandade controversa: jesuítas x capuchinhos na cristianização da África Centro-Occidental durante o século XVII

Ingrid Silva de Oliveira*

RESUMO

Esta apresentação tem por objetivo enfatizar casos de divergências ocorridos entre jesuítas e capuchinhos na região da África Centro-Occidental durante a segunda metade do século XVII. Enquanto os primeiros questionavam os reais interesses da ação capuchinha na região, pensando na manutenção do domínio português no território, o segundo grupo enfatizava seus interesses exclusivos no apostolado. Além disso, as diferenças de doutrinas entre os dois grupos também ocasionaram situações de crítica. Baseando-se em algumas correspondências do jesuíta Antonio do Couto e no relato do capuchinho Giovanni Antonio Cavazzi, intitulado *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*, a apresentação busca entender essas divergências como reflexo dos embates entre o Padroado português e o Papado e contribuir para a compreensão da heterogeneidade da presença católica na África Centro-Occidental durante aquele período.

PALAVRAS-CHAVE: Capuchinhos; Jesuítas; África Centro-Occidental, Século XVII

ABSTRACT

This presentation aims to highlight cases of disagreement occurred between the Jesuits and Capuchins in the West-Central Africa during the second half of the 17th century. While the Jesuits questioned the real interests of the Capuchin action in the region, thinking of the maintenance of Portuguese territory, the Capuchins emphasized their unique interests in the apostolate. Moreover, differences in doctrine between the two groups also caused critical situations. Based on some letters of the Jesuit Antonio do Couto and the text of the Capuchin Giovanni Antonio Cavazzi, named *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*, the presentation attempts to understand these differences in a context of conflict between the Papacy's and the Portuguese Padroado's interests during the 17th century and contribute to the understanding of the heterogeneity of the Catholic presence in West-Central Africa during that period.

KEYWORDS: Capuchins; Jesuits; West-Central Africa; 17th century

* Historiadora formada pela UFRJ. É especialista em História da África e do negro no Brasil pela UCAM e Mestre em História pela UFRJ. Atualmente cursa o doutorado no Programa de Pós-graduação em História da UFF.

É preciso considerar alguns conflitos e discordâncias entre os diversos grupos religiosos que estavam envolvidos na conversão dos povos nas regiões ultramarinas do Império Português. Esta apresentação tem por objetivo enfatizar dois casos de divergências ocorridas entre jesuítas e capuchinhos na região da África Centro-Occidental durante a segunda metade do século XVII. A partir do questionamento dos reais interesses da ação capuchinha na região, os jesuítas pensavam zelar pela manutenção do domínio português no território. Em contrapartida, por serem estrangeiros e administrados pelo Papado, os capuchinhos enfatizavam seus interesses exclusivos no apostolado. Além disso, a prática da mendicância dos capuchinhos trazia prejuízos para os demais religiosos, o que também ocasionou situações de crítica. Baseando-se em algumas correspondências do jesuíta Antonio do Couto e no relato do capuchinho Giovanni Antonio Cavazzi, intitulado *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*, a apresentação busca entender essas divergências como reflexo dos embates entre o Padroado português e o Papado e contribuir para a compreensão da heterogeneidade da presença católica na África Centro-Occidental durante aquele período.

Todavia, antes gostaríamos de apresentar duas questões gerais fundamentais para a sua compreensão. A primeira se trata das particularidades do espaço, uma vez que a África Centro-Occidental era fundamental para o império português devido ao tráfico de escravos. A segunda é a situação de embate que Portugal vivia com o Papado naquele momento.

A África Centro-Occidental era vital para a Coroa lusitana, pois foi a principal fonte de escravos durante os séculos XVI e XVII. Provavelmente 3/4 dos cerca de 1,7 milhões de escravos embarcados na África com destino às Américas, entre 1500 e 1700, partiram dessa região¹. Desde o início do século XVII, os portugueses tinham grande participação no comércio na costa angolana entre Luanda, vários portos menores e os mercados do interior a cerca de 300 km da costa. Esses comerciantes viajavam até o lago Malebo e compravam escravos de chefes guerreiros Imbangalas (identificados nas fontes como Jagas²) que operavam ao sul do Congo. Após 1648, os portugueses e seus

¹ LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 128

² Segundo Alberto da Costa e Silva, “Imbangala” é uma palavra que provém da raiz umbunda “vangala”, que significa ser valente e vaguear por um território. Cf. SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o*

pombeiros (comerciantes sertanejos que comercializavam escravos) passaram também a ter grande influência nas rotas do sul de Angola, estendendo esta inserção para o interior do continente³. Massangano e Cambambe, por exemplo, eram portos fluviais no rio Cuanza (ou Kwanza) de onde as caravanas partiam para o interior para a captura de escravos⁴.

Logo, a ocupação e administração de Angola eram basilares para o tráfico de escravos que abastecia as demais partes das conquistas ultramarinas portuguesas, o que necessitou de alianças, e conflitos, com diversos chefes africanos e outras nações europeias, como os holandeses. Nesse sentido, os religiosos muitas vezes funcionavam como ponte para as relações europeias com os diversos reinos da região, daí a importância de uma observação mais profunda da ação destes diante daqueles povos e seu posicionamento político para com os interesses portugueses.

Em 1640, as Coroas ibéricas romperam sua unidade – haviam permanecido unidas por 60 anos - e uma das consequências foi a excomunhão da coroa portuguesa pelo Papado. Filipe IV, rei da Espanha, permaneceu com o domínio de várias regiões da Itália e também subjugava o papa, impedindo que a Santa Sé reconhecesse o rei português – por conta disso, D. João IV não teve sua aclamação reconhecida pela Santa Sé⁵.

Até o início do século XVII o Padroado português era o grande responsável pelas missões católicas no ultramar. Considerada como a patrona dessas atividades

libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Fundação Biblioteca Nacional, 2002, p. 420. No entanto, existe toda uma discussão sobre quem seriam os “jagas”. Aqui, tal como, em Beatrix Heintze, os “jagas” são descritos como os povos Mbangala. Cf. HEINTZE, Beatrix. HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII: estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Kilombelombe, 2007, p. 29

³ Na segunda metade do século XVII, Matamba e Kassanje, regiões do interior, dominavam as rotas de comércio. Esses dois estados africanos mantinham um monopólio dos negócios de importação e exportação de escravos e davam grande importância à guerra e aos ataques organizados para a captura de escravos. Após a derrotada aliança Matamba-holandeses para os portugueses e seus aliados de Kassanje, em 1648, Kassanje predominou entre os estados interioranos responsáveis pelo fornecimento de escravos. Como aliado, Portugal conquistou maior controle desse trato Cf. LOVEJOY, Paul. *op. cit.*, p.130

⁴ O interesse português na região não era apenas em escravos. Eles acreditavam na possibilidade de encontrar minas de prata, além de minas de sal (as moedas da terra). Todavia, para procurá-las também era preciso promover campanhas militares cada vez mais para o interior Cf. SILVA, Alberto da Costa e. *op. cit.*, p. 412

⁵ SERAFIM, Cristina Maria Seuanes. *As Ilhas de São Tomé no século XVII*. Centro de História de Alémmar. Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2000, p. 180.

eclesiásticas, a Coroa portuguesa tinha amplo poder sobre os postos, cargos e benefícios nessas missões. Nenhum bispo podia ser nomeado sem a permissão do rei português, assim como nenhuma missão podia atuar sem sua autorização. Muitas vezes as ordens do monarca eram enviadas diretamente aos religiosos nas missões, passando por cima da autoridade dos membros católicos de Roma⁶. Segundo Margareth de Almeida Gonçalves, o Padroado real significou a união mais perfeita entre Estado e Igreja. Essa aliança, fruto das ações no momento da Reforma, formou uma hierarquia religiosa subordinada à administração política portuguesa⁷.

Buscando diminuir este “monopólio” português da conversão e obter um maior controle das missões, o papado criou em 1622 a Sagrada Congregação da Propaganda Fide. Diante da atuação do papado nas missões através da Propaganda, a Coroa portuguesa reagiu alegando que nunca havia proibido a atuação de missionários estrangeiros nas missões do Padroado, desde que o fizessem autorizados pelo rei português e permanecessem submetidos à sua administração.

Durante o século XVII, as missões capuchinhas no continente africano funcionavam através de prefeituras apostólicas. A cada grupo de missionários enviados, um dos membros era nomeado prefeito, que respondia diretamente à instituição da Sagrada Congregação da Propaganda Fide. Através do prefeito das missões capuchinhas, o Papado acompanhava seus avanços e necessidades, dando suporte e deliberando decisões.

A primeira diferença entre jesuítas e capuchinhos fica então apontada. Enquanto os capuchinhos eram selecionados, enviados e administrados pela Propaganda Fide, os jesuítas eram enviados e administrados pela Coroa portuguesa. Entretanto, há de se ressaltar que, apesar do embate entre Portugal e o Papado, jesuítas e capuchinhos não podem ser pensados como opostos, ou adversários, já que ambos buscavam a evangelização, ou seja, tinham a mesma finalidade.

A grande questão é que o Papado escolhia missionários não submetidos ao governo português. Como a maior parte dos religiosos eram espanhóis e italianos, a

⁶ BOXER, Charles R. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 244.

⁷ GONÇALVES, Margareth de Almeida. *Império da fé; andarilhas da alma na época barroca*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006, p. 58

monarquia lusitana observava suas atividades com extrema desconfiança, devido o momento de tensão entre Portugal e Espanha⁸.

Diante desse panorama, é interessante abordar as divergências entre jesuítas e capuchinhos com relação ao trabalho apostólico e como o Papado precisou intervir a favor do segundo grupo em alguns casos. Tal fato chama a atenção para a heterogeneidade dos membros e de atuação da atuação de grupos católicos no século XVII. Atentando para esses embates, a discussão acerca das várias faces da ação da Igreja no Ultramar se torna mais enriquecida. Além disso, de certa forma, os desacordos entre jesuítas e capuchinhos podem ser tomados como um reflexo do dissentimento entre o Papado e o Padroado português e uma disputa para marcar qual seria o grupo mais atuante e eficaz nas conversões.

O papa Inocêncio X, em audiência com um enviado do rei lusitano D. João IV, defende a incapacidade da Coroa em dar conta de maneira eficaz às missões ultramarinas:

Sua Santidade [...] acrescentando que as Conquistas de Portugal estavam muito desamparadas, e que [...] ainda que V. M. mandasse todos os religiosos que havia em Portugal, não bastavam para suprir a menor parte delas, e querer eu contradizer a isto era negar uma coisa tão evidente e mostrar que não fazia caso do principal por que as conquistas se concederam que é a salvação das almas.

(Carta do padre Nuno da Cunha a el-rei - 24 de agosto de 1648)⁹

Na carta, o religioso relembra que a principal causa da Conquista portuguesa, ou seja, da sua expansão em territórios ultramarinos, era a “salvação das almas”. Por isto, foi concedida à Coroa lusitana a administração dessas missões. Mas, como na visão do religioso Portugal não estava gerindo todas elas, o Papado deveria auxiliar e lançar suas missões no ultramar, intervindo nas ações do Padroado. É nesse quadro que, na África Centro-Occidental, os capuchinhos serão seus grandes representantes, atuando nas missões onde os jesuítas eram os representantes do Padroado.

Sobre as querelas envolvendo inicianos e capuchinhos, existem dois casos que são exemplares. O primeiro a ser abordado, trata-se do jesuíta Antonio do Couto, que

⁸ TAVARES, Célia Cristina da Silva. *Jesuítas e inquisidores em Goa: a cristandade insular (1540-1682)*. Lisboa: Roma Editora, 2004. p. 206

⁹ Apud. ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 277

escrevia ao rei português questionando os interesses capuchinhos na região. Em carta de 28 de julho de 1649 e endereçada ao rei D. João IV, o religioso o alerta para o “descontrole” da presença de missionários estrangeiros atuantes no reino do Congo:

Ao que toca de mandar vir o Rey de Congo Italianos a titulo de Religião, se justificou com um Breve de Sua Santidade Urbano oitavo com o qual lhe mandou estes Missionarios: mas do Breve, que também me mostrou, não consta mais que mandar-lhe quatro ou cinco, e hoje no seu Reino estão mais não só Italianos, mas também castelhanos; e outros se tornaram para a Europa; e conforme se diz, sempre fomentaram, e ainda depois da Restauração de Luanda fomentam as vãs esperanças em que vivia o Rey de Congo de lhe vir armada de Castella; seja o que for, a verdade é que convém para uma firme paz, e quietação deste Reino, e para que de todo se acabem todas as desconfianças, que se vão estes Missionarios fora deste Reino, ainda que ElRey em uma das capitulações que fez o Governador Salvador Correa de Sá na celebração das pazes [...] promete ElRey de Congo de não admitir em seu Reino pessoa estrangeira que não venha pelo porto de Luanda: e acerca destes Frades estrangeiros não vejo animo no Rey para os escuzar, mas antes depois da minha chegada à sua corte lhes vay renovando, e acrescentado uma Igreja, que tem, ao qual edificio assiste algumas vezes o mesmo Rey.[...]

Concluo com dizer também a V. Magestade que procure sempre de mandar a Angola Ministros desinteressados, que não ponham diante mais que o serviço de V. Magestade antepondo-o a todo o interesse, e cobiça; porque dela nasceram todos os males que tem sucedido; e bem podem tirar de Angola muitas riquezas por ser a terra larga sem faltarem ao serviço de V. magestade e bem comum.

(Carta do jesuíta Pe. Antonio do Couto a el-rei D. João IV sobre negócios do Congo – 28 de julho de 1649)¹⁰

Neste trecho da carta, pode-se observar como o religioso sublinha a presença de estrangeiros no Congo, alguns que até já teriam passado pelo Congo e retornado para a Europa, ou seja, possíveis súditos de Castela que poderiam levar informações valiosas, que colocassem em risco a influência portuguesa na região. Couto ressalta também que o rei do Congo não estaria cumprindo com o prometido nos acordos de paz com Portugal após a restauração, já que estaria permitindo a entrada constante de estrangeiros. Além do alerta, Couto solicitou que o rei se informasse da falta de cobiça e interesse dentre os próximos missionários que seriam enviados, pedindo que, para que se conservasse a região de Luanda, a coroa enviasse missionários “desinteressados”, que

¹⁰ In. CAVAZZI DE MONTECÚCCOLO, Pe. João António. *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Tradução, notas e índices do Pe. Graciano Maria de Leguzzano. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965, Vol. II, p.311

não colocassem nada à frente do “serviço de Deos, a dilatação de fe, e serviço” de Vossa Magestade.

Dois anos depois (1651), o mesmo jesuíta escreveu ao rei de Portugal, em 14 de outubro:

Não duvido que quando V. Magestade fosse sabedor dos Frades capuchos de várias nações que vieram a este Congo neste ano por Castela em uma nau que depois de os lançar no porto de Pinda ao de Luanda, julgasse V. Magestade e com muito fundamento haver trato, e comunicação entre Castella e Congo com traças, e ardis contrários a amizade, e boa correspondência que V. Magestade merece a ElRey de Congo com uma sincera e verdadeira amizade: mas Deus sabe atalhar maus intentos, e muito mais quando com titulo de Missionarios Apostolicos os maquinam, e traçam: e assim tão longe está ElRey de Congo de viver hoje enganado com eles, que antes se tem desenganado, e deseja já Portugueses que nunca o enganaram: porem para que persista nesta determinação e desejo é necessário que [...] venham outros Missionarios; e sejam Portuguezes; e para que se não julgue em mim que falo com afeição a minha Religião da Compania, digo que sejam de qualquer outra com tanto que sejam Portugueses, e se houver quem informe a V. Magestade o contrario, pode-se temer que tenha o humor de Castella.

(Carta do jesuíta Pe. Antonio do Couto para o rei de Portugal sobre a situação do reino do Congo – 14 de outubro de 1651) ¹¹

Novamente, o padre ressalta os cuidados que o monarca deveria ter com a presença estrangeira ainda mais quando estariam se disfarçando de “missionários apostólicos” para maquirar contra o rei português, numa crítica direta aos capuchinhos. No entanto, ao contrário da outra carta, esclarece que o rei do Congo já não estava mais querendo a presença de estrangeiros e aconselha que o monarca aproveitasse a situação e enviasse missionários de qualquer ordem, mas que não fossem estrangeiros, pois só assim ficariam livre das possibilidades de uma invasão de Castela nas regiões.

Tal carta foi analisada pela historiadora Rosana Gonçalves, que ressalta a resposta dada pelos capuchinhos¹². Segundo Gonçalves, cerca de um mês depois dessa carta, o capuchinho Serafim de Cortona afirmou que foram tratados como traidores da monarquia portuguesa ao chegarem em Luanda. Apontou “ainda como culpados dessa situação quatro padres em Luanda e mais dois no Congo, os quais ele preferiu não nomear”¹³. Devido a essa situação, Cortona aconselhou à Propaganda Fide que os

¹¹ In. CAVAZZI, *op. cit.*, p. 324

¹² GONÇALVES, Rosana Andréa. *op. cit.*, p. 72

¹³ Idem, *Ibidem*, p. 72

próximos missionários capuchinhos fossem enviados através de Portugal, para cessarem as suspeitas. Logo, as calúnias levantadas pelo padre somadas às suspeitas do monarca lusitano, macularam a imagem dos capuchinhos diante do Mani Congo Garcia II, que passou a tratá-los com muita frieza, colocando-se contra eles.

O segundo caso foi uma questão envolvendo a mendicância dos capuchinhos, que estaria prejudicando as esmolas recebidas pelos jesuítas para ministrar os sacramentos. No texto do capuchinho Cavazzi, intitulado *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*, é relatado o caso de um padre secular que, no momento em que chegou numa determinada região do Congo – Bata -, ao notar que os capuchinhos ministravam os sacramentos sem pedir nada em troca, quis que eles diminuíssem o seu trabalho, a fim de que pudesse também ter a oportunidade de ministrá-los:

A razão do seu procedimento era o concurso da gente que gostava dos nossos padres e lhes dava algumas esmolas, embora os demais se apresentassem sem nada, enquanto que aos párocos tinham, por assim dizer, a obrigação ou o abuso de entregarem búzios, panos ou outra coisa de preço. [...] No que diz respeito à nossa Ordem, a diferença consiste apenas nisto: nas igrejas dos padres seculares ordinariamente há esmolas pecuniárias, enquanto nas nossas igrejas, pela regra do nosso instituto, apesar da legítima dispensa que temos, não é conveniente receber estas esmolas.

(CAVAZZI, 1965, vol. I, p. 358)

Rosana Gonçalves destaca que como os capuchinhos só aceitavam esmolas voluntárias e para seu próprio sustento, essa prática da mendicância começou a prejudicar os padres seculares e outros religiosos que não compartilhavam da premissa franciscana¹⁴. A solução encontrada em Bata foi a saída dos capuchinhos para que o padre secular exercesse seu ministério sem prejuízo:

A Sagrada Congregação da Propaganda Fide, com novo decreto, datado de 6 de maio de 1653, resolveu melhor esta dificuldade, ratificando para os missionários a faculdade absoluta e independente dos párocos para baptizarm pregar, administrar os sacramentos e fazer todas as funções para o bem das almas até a distância de 5 léguas da residência dos párocos e capelães.

(CAVAZZI, 1965, Vol. I, p. 359)

¹⁴ GONÇALVES, Rosana Andréa. *op. cit.*, p. 62

Por sua vez, os capuchinhos também denunciaram abuso de jesuítas. Em carta endereçada à Propaganda Fide em 08 de março de 1687, o capuchinho Giuseppe Maria escreveu que os jesuítas estavam particularmente engajados na compra e venda de escravos. Inclusive, estes teriam um barco que ia para o Brasil anualmente repleto de escravos. Por fim declara que apenas os membros do Papado poderiam remover tal abuso escrevendo ao rei de Portugal sobre este assunto¹⁵.

Para o caso da região de Congo, Angola e Matamba, ao considerar este quadro de acusações, principalmente as diferenças relativas à missão de jesuítas e capuchinhos, pode-se dizer que os jesuítas estavam presentes e atuavam em determinados locais auxiliando na conversão, mas os capuchinhos estavam igualmente empenhados em auxiliar os portugueses e foram reconhecidos pelos lusitanos como eficazes na conversão e manutenção de diversos reinos submetidos aos interesses lusitanos. Os capuchinhos reconheciam que o sucesso de suas missões dependia dos portugueses para ser realizada, já que embarcavam em seus navios e, muitas vezes, eram eles que lhes forneciam os mantimentos para sobreviver¹⁶.

Seria complicado afirmar que os capuchinhos eram agentes ligados diretamente às ações de tentativa do domínio português, uma vez que não estavam sob sua administração. Apesar de dependerem da autorização e auxílio lusitanos, esses missionários não estavam sob o controle do Padroado português, e sim sob gerência da Propaganda Fide, ou seja, do Papado.

Nesse sentido, alguns textos que relatam a missão capuchinha na África Centro-Occidental, como o discurso de Giovanni Antonio Cavazzi, *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*, podem ser revisitados pela historiografia para pensar neste discurso como uma manifestação da vontade capuchinha em divulgar suas ações missionárias no ultramar. Para além da divulgação das dificuldades e êxitos, esse texto teria o propósito de mostrar as tentativas de evangelização dos gentios africanos, em resposta às críticas do Padroado português e num contexto de afirmação da Ordem dos capuchinhos no momento de Contra-Reforma¹⁷.

¹⁵ GRAY, Richard. *Black christians and white missionaries*. Londres: Yale University Press, 1990, p. 33

¹⁶ Idem, *Ibidem*

¹⁷ OLIVEIRA, Ingrid Silva de. *O olhar de um capuchinho sobre a África do século XVII. A construção do discurso de Giovanni Antonio Cavazzi*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, 2011.

Além disso, há de se salientar que Portugal tinha seus territórios no ultramar muito cobiçados por outras nações européias e enfrentava resistência de alguns reinos africanos, logo, a intermediação missionária para a aliança portuguesa com estes reinos foi um grande auxiliar. Grande parte da historiografia entende que os jesuítas foram os grandes representantes da Coroa portuguesa nas missões de Além-mar. Todavia, eles eram em pouca quantidade na África Centro-Occidental, pois estavam presentes, em maior parte, na América portuguesa. Tal fato fez com que os portugueses se vissem obrigados a ceder a autorização para esses capuchinhos estrangeiros, mesmo que tivessem grande desconfiança de suas reais intenções apostólicas.

Ao permitir a atuação dos capuchinhos, Portugal permitiu que o Papado assumisse grande importância política e religiosa naqueles territórios, já que decidia sobre qual lugar receberia mais missionários e, conseqüentemente, contatos com os ensinamentos de Deus e influência européia, facilitando a comunicação, alianças e conversão de africanos, possibilitando uma maior área de atuação mercantil e administrativa de Portugal. O Papado se mostrava como um aliado necessário para Portugal, ainda que esses estivessem com suas relações estremecidas.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

CAVAZZI DE MONTECÚCCOLO, Pe. João António. *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Tradução, notas e índices do Pe. Graciano Maria de Leguzzano. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965. 2 vols.

GONÇALVES, Margareth de Almeida. *Império da fé; andarilhas da alma na época barroca*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

GONÇALVES, Rosana Andréa. *África indômita: Missionários capuchinhos no Reino do Congo (século XVII)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, dissertação de mestrado, 2008.

GRAY, Richard. *Black christians and white missionaries*. Londres: Yale University Press, 1990

HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII: estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Kilombelombe, 2007

LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

OLIVEIRA, Ingrid Silva de. *O olhar de um capuchinho sobre a África do século XVII. A construção do discurso de Giovanni Antonio Cavazzi.* Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, 2011.

SERAFIM, Cristina Maria Seuanes. *As Ilhas de São Tomé no século XVII.* Centro de História de Além-mar. Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2000

SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Fundação Biblioteca Nacional, 2002

TAVARES, Célia Cristina da Silva. *Jesuítas e inquisidores em Goa: a cristandade insular (1540-1682).* Lisboa: Roma Editora, 2004